

ANOS DE CHUMBO

**A CASA DA MORTE EM PETRÓPOLIS:
MEMÓRIA SOCIAL E DITADURA MILITAR NO BRASIL**

POR DANIEL MACHADO GOMES e FELIPE CÉSAR SANTIAGO DE SOUZA

ANO VI

Nº 1

Rio de Janeiro
1º semestre de 2018
ISSN:2318-5767 (IMPRESSO)
ISSN:2318-6380 (DIGITAL)

Info **NEIBA**

JORNAL INFORMATIVO DO NÚCLEO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS BRASIL-ARGENTINA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | VENDA PROIBIDA



DONALD TRUMP E A AMÉRICA LATINA

ENTREVISTA COM LUIS FERNANDO AYERBE

CONFLITO ÍNDIA-PAQUISTÃO

**AS ATUAIS NARRATIVAS NO
CONFLITO ÍNDIA-PAQUISTÃO
ACERCA DA REGIÃO DE
JAMMU E CAXEMIRA**

POR MATHEUS MARREIRO

SEMANA DA CHINA NA UERJ

**O NEIBA, EM PARCERIA COM O INSTITUTO
CONFUCIUS (PUC-Rio), PREPARA UMA SEMANA
DA CHINA, PREVISTA PARA OCORRER NA UERJ
NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2018. MAIS
INFORMAÇÕES EM BREVE NO SITE DO NÚCLEO.**



EDITORIAL

O JORNAL INFORMATIVO DO NÚCLEO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS BRASIL-ARGENTINA é uma publicação do Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina, que se vincula ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ) e ao Programa de Estudios Argentina-Brasil (PEAB), da Universidad Nacional de Rosario (UNR). É disponibilizado semestralmente, com o objetivo de congrega e incentivar estudantes que pretendam divulgar seus estudos sobre as relações internacionais do Brasil e da Argentina.

Além disso, pretende disponibilizar reflexões sobre: os processos de integração regional; a dimensão histórica e cultural das relações internacionais dos dois países; as relações comerciais, a articulação econômica e as relações econômicas com parceiros externos. Visa, também, divulgar os seminários, cursos de extensão, workshops e congressos realizados pelo NEIBA/PPGRI/UERJ e pelo PEAB/UNR.

Os autores assumem inteira responsabilidade pelas opiniões expressadas nos artigos. O jornal é de acesso aberto, sendo permitida a reprodução total ou parcial dos conteúdos publicados, desde que mencionada a fonte.

InfoNEIBA

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, sala 9018 (bloco A)

ISSN:

2318-5767 (versão impressa)
2318-6380 (versão digital)

EXPEDIENTE



COORDENAÇÃO E DIREÇÃO

Hugo Rogelio Suppo
Leandro Gavião

CONSELHO CONSULTIVO

Gladys T. Lechini
Miriam Gomes Saraiva

REVISÃO

Rafael Sales Rosa

EDIÇÃO GRÁFICA

Matheus Barreto

GESTÃO EDITORIAL

Ariane Costa



EQUIPE INTEGRANTE DO NEIBA

COORDENADORES

HUGO ROGELIO SUPPO

Doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade Paris III, França.

Professor Associado, PPGRI/UERJ

E-mail: hugorogeliosuppo@mac.com

GLADYS T. LECHINI

Doctora en Ciencias: Sociología por la Universidad de São Paulo, Brasil.

Profesora Titular de la Cátedra de Relaciones Internacionales, UNR.

E-mail: glechini@fcpolit.unr.edu.ar

LEANDRO GAVIÃO

Doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e mestre em Relações Internacionais também pela UERJ.

Professor da Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e do Curso Clio Damásio.

E-mail: l.gaviao13@gmail.com

RESPONSÁVEIS DAS LINHAS DE PESQUISAS

• Mídia, Cultura e Relações Internacionais

Coordenador: Prof. Dr. Mauricio Santoro

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4222514451437141>

• Regionalismo e Política Externa

Coordenadora: Prof.ª Dr.ª Miriam Saraiva

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7583146431148717>

• Cooperação, Modernização e Política de Defesa na América do Sul

Coordenador: Prof. Dr. Claudio Silveira

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7436622994517571>

• Segurança Internacional e Política Nuclear

Coordenadora: Prof.ª Dr.ª Layla Dawood

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5025278065343194>

• Integração energética da América Latina

Coordenador: a definir

• Desenvolvimento, Desigualdades e Relações Internacionais

Coordenadora: a definir

• Identidade e Política

Coordenadora: Prof.ª Dr.ª Ana Paula Tostes

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3005504663313782>

SECRETÁRIO GERAL

RAFAEL SALES ROSA

Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em História das Relações Internacionais também pela UERJ.

E-mail: rafael-salesrosa@gmail.com

PESQUISADORES ASSOCIADOS

HELEN NUNES

Doutoranda em História, Política e Bens Culturais pela FGV-RJ. Mestra em Relações Internacionais pela UERJ.

LAURA BRIZUELA

Doutoranda em Economia Política Internacional pela UFRJ. Mestra em Relações Internacionais pela UERJ.

MARCELLO DE SOUZA

Doutorando em Política internacional pela Aberystwyth University, País de Gales. Mestre em Relações Internacionais pela UERJ.

RENATO THOMAZ BORGES NETO

Mestre e Doutorando em Relações Internacionais pela UERJ.

ASSISTENTES

JADE SILVA DA ROCHA

Graduanda em Relações Internacionais pela UERJ.

CONTATO

infoneiba@gmail.com



As atuais narrativas no conflito Índia-Paquistão acerca da região de Jammu e Caxemira

A independência e a formação da Índia e do Paquistão resultaram da divisão da colônia inglesa. Então, desde a partilha dos territórios do *Raj* Britânico, em agosto de 1947, esses dois países asiáticos disputam os territórios de Jammu e Caxemira (J&C).

O território da Caxemira, localizado no norte da fronteira entre Paquistão Ocidental e Índia, se tornou independente, após a repartição do subcontinente indiano, com o entendimento de que logo decidiria se iria integrar ao Estado indiano ou ao paquistanês. Segundo Bakaya e Bhratti (2015), a conferência Kizan Mazdoor realizada por agricultores da região, concordava que eles deveriam ceder ao Paquistão, pois a maioria da população de Jammu e Caxemira é de religião muçumana e seus principais rios e estradas fluem em direção ao Paquistão. Portanto, nesse período, uma parte da população muçumana da região já tinha o interesse de compor o Estado paquistanês, por terem medo de serem reprimidos pela população hindu, que era majoritária na União Indiana.

Em outubro de 1947, os povos tribais do Paquistão, com o apoio das tropas regulares, invadiram o território da Caxemira, que era governado pelo marajá Hari Singh. Com isso, Singh buscou o apoio das tropas da União Indiana para combater os paquistaneses, que estavam avançando em direção à capital Srinagar.

Com o fim da Primeira Guerra Indo-Paquistanesa, em 1948, o território da Caxemira foi dividido entre os dois países, resultando na *Indian Administered Kashmir* (IAK) e *Pakistani Administered Kashmir* (PAK). Nesse mesmo ano, a questão foi levada às Organizações das Nações Unidas (ONU), a qual decidiu, através da resolução nº 47 de 1948 do Conselho de Segurança, que deveria ser feito um plebiscito para a população escolher sobre seu próprio futuro. Porém, a Índia nunca cumpriu essa decisão.

A partir de então, a hostilidade entre as relações indo-paquistanesa só se intensificaram, chegando a outros três conflitos armados nos anos de 1965, 1971, 1999; sendo o dos anos de 1965 e 1999 por disputas na região de J&C. Além disso, ambos os países desenvolveram uma corrida armamentista, chegando a produzir armas nucleares durante as décadas de 1970 e 1990, tornando possível uma guerra nuclear entre os dois atores.

Até os anos 80, grupos separatistas que estavam insatisfeitos com as políticas do governo de Delhi para a região de IAK, não conseguiram se organizar e mobilizar o apoio da população. Consequentemente, não tiveram grandes resultados em suas lutas por autodeterminação. Porém, a partir dos anos 90, esse cenário se alterou. Jovens estudantes começaram a se organizar, aproveitando o cenário político favorável, com a eleição de Farooq Abdullah, do partido *National Conference*, para o governo estadual.

Paralelamente a isso, ex-combatentes da Guerra do Afeganistão se voltaram para a questão da Caxemira e fundaram grupos organiza-

dos pró-anexação ao Paquistão ou pró-independência. Essas organizações passaram a recrutar e a treinar esses jovens estudantes que estavam engajados na causa separatista. A partir de então, foi instaurado um cenário de insurgência, no qual militantes jovens utilizaram movimentos de guerrilha contra o governo indiano em J&C (MAJIB; HUSSAIN, p.152, 2016).

A resposta pelo lado indiano foi uma estratégia de contra insurgência, de repressão, através de leis mais duras, como o *Armed Forces Special Power Act* de 1990 e o *Prevention of Terrorism Act*; e de um maior emprego de forças de segurança na região. Essas táticas, a princípio, conseguiram frear, em certos aspectos, os ataques contra o governo indiano. Entretanto, nos anos 2000, alguns grupos insurgentes como o *Jaish-e-Mohammad* e o *Lashkar-e-Tayyiba* começaram a fazer uma série de ataques contra o Estado indiano e a população civil. Os mais famosos deles foram os ataques à assembleia legislativa de IAK e ao parlamento indiano em Nova Delhi.

Desde então, o governo indiano acusa o governo paquistanês de apoiar e de dar base para esses grupos “terroristas” em seu território, o que poderia torná-lo em *State-sponsored terrorism*. A Índia, também, os acusa de utilizar a *Inter Service Intelligence*, a agência de inteligência paquistanesa, de financiar e de incentivar rebeliões no território da IAK. Por outro lado, o governo paquistanês, também, aponta que a Índia está utilizando o Terrorismo de Estado para impedir a vontade do povo da Caxemira de autodeterminação. Grande parte das acusações do Paquistão giram em torno da violação dos Direitos Humanos dos cidadãos da IAK, por parte dos agentes de segurança indianos; e pelo fato da Índia não ter realizado o plebiscito sugerido pelo Conselho de Segurança em 1948.

Por fim, houve algumas tentativas de diálogo entre Índia e Paquistão para a resolução do conflito durante as últimas décadas, no entanto, nenhuma delas obteve sucesso, devido a essas narrativas de acusação pelas duas partes. De um lado, o atual partido indiano no poder, *Barathiya Janata Party*, continua intensificando o uso da força contra a população local, ferindo muitas vezes os Direitos Humanos. Por outro lado, os ataques terroristas feitos por grupos situados no território paquistanês, continuam acontecendo na Índia. Portanto, a fronteira entre Índia e Paquistão na região de J&C consiste em uma das áreas mais militarizadas do mundo, onde o conflito entre os dois países ocorre diariamente, porém em moldes multidimensionais. Sendo assim, a possibilidade de assinatura de um acordo entre os dois se torna cada vez mais complicada.

¹ Matheus Marreiro é Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Petrópolis e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais (GPRI-UCP)



A Casa da Morte em Petrópolis:

Memória Social e Ditadura Militar no Brasil

No Brasil, o fim do regime ditatorial resultou de um acordo de saída gradual do governo autoritário, devolvendo ao povo o poder de escolha de seu representante, que trouxe o espírito de superação do autoritarismo, cujo ápice foi a Constituição de 1988. Com isso, surge o desafio do processo de transformação política rumo à democratização, apesar do legado de um regime autoritário. Neste desafio há uma combinação problemática que é o anseio por uma democracia plena, com liberdade civis, de um lado, e, do outro, exigências de esquecimento dos abusos passados.

A abertura democrática foi gradual e lenta, porque acompanhou os fenômenos que foram acontecendo aos poucos, como o declínio econômico que fez com que o regime perdesse apoio, abrindo espaço para a voz da oposição que ganhava mais adeptos. Com o declínio econômico, a perda de apoio e a oposição ganhando espaço, a sociedade começa a organizar-se em grupos de resistência e reivindicações, culminando nas *Diretas Já*.

O “passado dentro do presente” requer um modelo de Justiça de Transição que possui dois elementos: o analítico, que permite compreender o momento que passa o país; e o normativo, que proporciona alternativas de superação, fomentando a memória e uma reparação em justa medida para cada caso. Pela visão clássica, a Justiça de Transição se encontra inserida no Direito e Moral. A passagem de regimes totalitários à democracia, resulta num legado de repressão com que a sociedade é obrigada a lidar. Por isso a Justiça de Transição faz parte da pauta latino-americana.

Na Justiça de Transição, justiça não é considerada aquela com viés apenas judicante, ou seja, de eliminação e encarceramento dos agentes do regime ditatorial. Essa justiça é um projeto maior, que busca conduzir um Estado recém-saído do regime ditatorial a um caminho de reparação das sequelas e um reforço a cultura democrática com a paz e a reconciliação. Como não visa um esquecimento absoluto, tende a esclarecer e punir as violações, mas sempre garantindo aos acusados o devido processo legal. Contudo, se assim não fosse, equiparar-se-ia aos próprios acusados, aqueles que comprovadamente foram

violadores dos direitos humanos.

E, para tanto, no modelo de Justiça de Transição, há quatro bases: justiça histórica, a qual revela para as vítimas, familiares e sociedade a verdade histórica; justiça civil, isto é, uma reforma institucional e reparação às vítimas; justiça criminal, que investiga, persegue e pune os violadores; e, justiça administrativa, afastando os infratores dos órgãos estatais.

Em nosso país a ruptura com o Estado ditatorial se deu por uma negociação. Nos países onde há transição negociada, as antigas elites buscam a ampliação dos laços de solidariedade para ganhar força

- licitamente ou não -, apoiando uma parte da nova liderança. O fato de ser uma transição negociada possibilitou iniciativas importantíssimas aos governantes, p. ex.: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos iniciada pelo governo do Fernando Henrique Cardoso; e à oposição ao regime, p. ex.: Ulysses Guimarães liderando a constituinte da Carta Magna de 1988.

Um dos maiores impasses da Justiça de Transição é a responsabilidade histórica referente as violações dos direitos humanos. Para encarar esta responsabilidade, temos duas posturas possíveis: esquecer todo o passado; ou,

rememorá-lo e colocar em prática as medidas básicas de uma Justiça de Transição. A verdade está entrelaçada à memória que pode ser classificada em individual ou coletiva. A memória individual é aquela que criamos e cultivamos individualmente, sendo um resultado da coleta de informações e experiências que vivemos. Já a memória coletiva é a experiência compartilhada entre gerações sobre fatos, pessoas, sentidos e sentimentos daquele grupo. Não só uma recordação proporcionada, mas também a conexão dos acontecimentos pretéritos com o presente, formando a famigerada identidade.

De acordo com o Relatório Preliminar de Pesquisa sobre a Casa da Morte, da Comissão Nacional da Verdade, publicado em março de 2018, a Casa da Morte, conhecida também como a Casa dos Horrores, foi um centro clandestino de prisões ilegais, tortura, assassinato e ocultação de cadáveres de presos políticos nos anos de chumbo. Neste sentido, hoje a Casa integra a categoria de lugares de memória, por ser um objeto que perpetua a memória de graves violações aos direitos humanos e pela vontade de lembrar provocada pelo sentimento de



não repetição. Conforme o relato que segue, veremos que a Casa possui todos os requisitos de um lugar de memória na acepção de Pierre Nora, pois o trabalho do tempo a converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial da nação brasileira do período ditatorial.

Localizado na cidade de Petrópolis/RJ, o imóvel foi emprestado a Fernando Ayres da Motta, tendo sido escolhido estrategicamente por se tratar de local de difícil acesso, cercado por matas densas e com quase nenhum vizinho. Na ocasião, segundo relato do proprietário Mario Ladders, que consta no Relatório da Comissão da Verdade (2014, p. 20), Fernando dissera que a casa era para a moradia de seu filho recém-casado. Entretanto, o filho nunca apareceu, porém o movimento na propriedade era constante, o que os levaram a organizar festas para camuflar e dar “vida” a casa.

A Casa da Morte foi criada em 1971 para atender uma nova etapa da ditadura, que usava como estratégia a intensificação do combate às organizações armadas de esquerda, contando com bases secretas e equipes especializadas – subordinadas ao comando das Forças Armadas e que trabalhavam à paisana – na execução de uma política de extermínio e desaparecimento forçado. A necessidade dessa nova etapa surge com a enorme repercussão do caso Chael Charles Schreier, morto sob tortura na 1ª Companhia de PE da Vila Militar do Rio de Janeiro em 1969, e do deputado Rubens Paiva, morto sob tortura na Casa da Morte cujo cadáver foi ocultado no DOI do I Exército em janeiro de 1971.

Até então, as torturas e as execuções extrajudiciais de opositores políticos foram, na maioria das vezes, encobertas por falsas versões de suicídios, confrontos, fugas e atropelamentos” (RELATÓRIO, p. 6). Logo, foi necessário reforçarem tendências de modificação das práticas de ocultamento do aparelho repressivo, nessa direção de uma política de desaparecimentos forçados.

A Casa da Morte só foi conhecida a partir do depoimento da única vítima sobrevivente que passou por essa casa: Inês Etienne Romeu. Inês registrou a denúncia em 1979 à Ordem dos Advogados do Brasil, uma semana após ter deixado a prisão, beneficiada pela Lei de Anistia. Cumpriu oito anos de pena no presídio feminino Talavera Bruce, em Bangu, por supostamente ter participado no sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher. Inês contribuiu relatando as barbáries que cometeram contra ela. Inês Etienne também ajudou a identificar (com o auxílio de amigos e jornalistas) a localidade do imóvel e o proprietário, Mario Ladders. Além disso, ela identificou os nomes dos agentes que trabalharam na casa e também informou nomes de pessoas que foram mortas ou ocultadas no local.

Houve ainda denúncias de desaparecimentos posteriores ao depoimento de Inês Etienne que poderiam estar vinculadas ao centro clandestino de tortura e extermínio de Petrópolis/RJ, são eles: Celso Gilberto De Oliveira; Antônio Joaquim Souza Machado; João Batista Rita; Joaquim Pires Cerveira, Eduardo Collier Filho; Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira; David Capistrano Da Costa, José Roman; Ana Rosa Kucinski Silva; Wilson Silva; Walter De Souza Ribeiro; Thomaz

Antonio da Silva Meirelles Neto; Issami Nakamura Okano (2014, p. 25-26).

Por tudo isso, em 2016, o Ministério Público Federal (MPF) ofereceu denúncia contra Antônio Waneir Pinheiro Lima (Camarão), com base em provas de materialidade e autoria referentes aos crimes de sequestro, cárcere privado, tortura física e psicológica e estupro cometidos por Camarão e seus companheiros, agentes do CIE, contra Inês Etienne Romeu no interior da Casa da Morte. A Justiça Federal rejeitou a denúncia, alegando extinção da punibilidade pela anistia de 1979 concomitante com o instituto da prescrição, acrescentando que o MPF supostamente indica criar um tribunal de exceção. Na mesma decisão, o magistrado rejeita o valor probatório dos documentos apresentados e aponta os supostos delitos que a vítima teria cometido. Em nota pública, o MPF, além de lamentar e desculpar-se expondo a decisão teratológica, demonstrou seu posicionamento em recorrer dessa sentença, aguardando sua reforma até o presente momento.

Assim, vê-se que o processo de justiça de transição no Brasil não se completou ainda, devido à ausência de um verdadeiro resgate da memória histórica do período da ditadura militar. Este resgate demanda a existência de instrumentos eficazes de justiça e reparação às vítimas, o que concretamente não ocorreu por causa da Lei de Anistia. Neste contexto, é fundamental o reconhecimento de que a Casa da Morte configura um lugar de memória das inúmeras violações aos direitos humanos que ali ocorreram. Daí se justificam a desapropriação do edifício e sua utilização no contexto de políticas públicas que mantenham presente a lembrança das vítimas do período ditatorial.

A Justiça de Transição busca conduzir um Estado recém-saído do regime ditatorial a um caminho de reparação e um reforço a cultura democrática, do qual o esquecimento absoluto é impraticável. A transformação democrática, que impõe ao Estado diversas obrigações, precisa garantir o reconhecimento das graves violações aos direitos humanos e assegurar maiores possibilidades para a justiça social, garantindo aos acusados o devido processo legal. Com isso, o direito à memória e à verdade formam um eixo central dessa Justiça de Transição. Torna-se uma proteção da identidade e representa uma ambição da civilização em conhecer os fatos sociais e históricos da maneira que aconteceram, mesmo que vexatórios. E se queremos prevenir a volta de tais práticas é necessário lembrar.

¹ Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Petrópolis (UCP/RJ).

² Graduando em Direito da UCP.



Em uma entrevista exclusiva para a nossa editora Ariane Costa, Luis Fernando Ayerbe nos concede uma entrevista sobre o tema “*America First*” e os impactos para a América Latina. É professor de Relações Internacionais da UNESP e coordenador do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI-UNESP).



InfoNeiba - Apesar da gestão Trump se caracterizar por um certo grau de imprevisibilidade, quais tendências podemos destacar para as posições dos EUA no cenário internacional atual e os impactos para a América Latina?

Luis Fernando - De fato, a imprevisibilidade está presente no governo Trump. Desde o momento em que concorreu à presidência com Hillary Clinton, o aspecto da improvisação sempre apareceu muito. Por isso o que ele colocou como *America First* vai sendo cumprido através de uma série de questões que ele trouxe, em que os EUA saíam de alguns tratados internacionais que considerava prejudiciais para o país, como a Iniciativa TransPacífica³ assim como a renegociação do NAFTA⁴ e a rediscussão do acordo com o Irã.

Então, basicamente, há uma visão que trata Trump como um isolacionista, alguém que está tirando os EUA da liderança internacional, e há uma outra visão que acredita que esta é uma outra forma de ver a liderança internacional, a partir do fortalecimento da economia dos EUA, através de políticas protecionistas paralelamente ao fortalecimento da capacidade militar do país por meio do aumento no orçamento de Defesa. Entendo que há uma postura assertiva, porque se fosse isolacionista, seria um governo que não se envolveria em temas que circundem as questões de poder. No entanto, Trump tomou decisões importantes, como o bombardeio da

Síria, em 2017 e 2018, a postura frente a Coreia do Norte, em que introduziu a pressão como forma de abrir um processo negociador com o governo de Kim Jong-Un, assim como a questão do muro na fronteira com o México.

Se olharmos o orçamento do Departamento de Estado para a América Latina, foram cortados praticamente 40% da verba, porém a parcela que aumentou foi justamente a que está relacionada à imigração e construção do muro. Digamos que ele está seguindo adiante com as questões que propôs, o que não significa que está dando certo, mas há uma lógica na postura de Trump, que seria uma ideia de que os EUA devem se empoderar, priorizar os interesses internos, os empregos, o crescimento da economia e, no plano internacional, se fortalecer como uma potência que tem capacidade de uso da força. Em relação aos tratados internacionais, renegociar aqueles em que considera que vale a pena continuar, onde a posição dos EUA estaria enfraquecida e renunciar tratados não prioritários. O que Trump tem mostrado é uma certa coerência, o problema é que às vezes se confunde o estilo instintivo dele com ausência de rumo; por exemplo com a imagem de improvisação na mudança permanente de auxiliares e de ministros, assim como a comunicação desses atos via Twitter, com o que de fato está acontecendo, que é uma forma de ver a projeção de poder dos EUA.

InfoNeiba - Como esse estilo único de Trump - somado ao atual momento de representação minoritária do partido democrata nas duas “casas” do Congresso e um conjunto de assessores do âmbito pessoal-empresarial do presidente muito presente - afeta as negociações que o governo brasileiro vai ter com os EUA?

Luis Fernando - Isto é interessante pois temos que falar um pouco da América Latina, evidenciar que, de fato, Trump não possui uma política voltada para esta região. A única questão concreta que avança está relacionada aos seus vizinhos, com o México acerca da questão do muro e com o NAFTA, onde Trump tenta renegociação de certos aspectos do tratado com Canadá e México. Contudo, não há uma política regional, isso se manifesta em questões bem concretas; por exemplo, até hoje não foi nomeado um Subsecretário para o Hemisfério Ocidental no Departamento de Estado. Então quem está cuidando desse setor é alguém que vem do governo Obama, cuidando de forma interina. Tillerson⁷, ex-Secretário de Estado que saiu em março de seu cargo, fez uma viagem para a região em fevereiro e isso traz à tona a questão do Brasil. O Brasil está numa situação em que os EUA parecem ignorá-lo, onde tanto na viagem do vice-presidente - Pence⁸ no ano passado, como na de Tillerson - o Brasil não foi considerado. É importante entender como uma ausência de política na região

leva os presidentes da América Latina a ter uma postura pragmática, então quem está melhor posicionado nesta configuração é o presidente Macri da Argentina, que negocia diretamente os pontos de interesse do país, principalmente os comerciais, como a questão do aço, alumínio. Macri negocia diretamente com Trump, e a impressão é que há certa descrença no Brasil, e isso fica claro com a nomeação de John Bolton¹⁰, atual assessor de segurança nacional, que um mês antes de assumir o cargo, escreveu um artigo sobre a América Latina, publicado no American Enterprise Institute¹¹, um instituto conservador, onde descreve que da maneira que os brasileiros se preparam, o Brasil é e sempre será o país do futuro. Nesse cenário, os EUA têm problemas com a Venezuela, tentam repensar sua postura com Cuba, o Chile e Argentina podem ser entendidos como aliados e o Brasil acaba sendo, de certa forma, negligenciado. Então, a partir de sua pergunta, penso que em médio prazo é difícil dizer que Trump represente uma mudança de tendência na política externa americana, o que bem pode ser um episódio restrito a um mandato. De forma inesperada, Trump ganhou as eleições. De início sua equipe conta com a presença de Bannon¹² e nomes importantes do setor financeiro e com o tempo monta sua própria equipe com nomes como Pompeo¹³, na política externa, e o Bolton na assessoria do Conselho de Segurança Nacional. Porém é difícil imaginar que estejamos frente a uma mudança na postura dos EUA internacionalmente que represente uma visão estratégica de setores do *establishment* como quando Bush, Obama ou Clinton assumiram. Também pode ser um episódio marcado pela imprevisibilidade da chegada de alguém de fora do

establishment tradicional ao poder. Então, o Brasil pensar em como vai afetar estrategicamente a política de Trump não é tão preocupante nesse sentido, o que chama a atenção é o Brasil não estar sintonizado, não estar aparentemente no radar dos EUA, como está Macri e o presidente atual do Chile. No que tange às negociações de temas concretos que interessem o Brasil, acho que será algo bilateral, que não passará por uma relação EUA-América Latina.

“Uma coisa é os EUA dizer que estão retomando a Doutrina Monroe e outra é que isso seja um fato, acho que não vai acontecer pois há uma atitude muito firme contra o intervencionismo na região”

InfoNeiba - Pensando especificamente os casos do México (em relação à questão migratória) e da Venezuela, a declaração que Trump realizou ao afirmar que não descartaria uma intervenção militar se fosse necessário ficaria, então, mais no campo de um discurso passional do que num campo estratégico de fato?

Luis Fernando - Esses casos são interessantes pois há um aspecto do governo Obama frente a América Latina, como uma declaração de John Kerry¹⁷, onde ele afirma que a Doutrina Monroe acabou e os EUA vão tratar os países da América Latina como iguais e não irão intervir nos assuntos internos. E agora o Tillerson, enquanto fazia sua viagem pela região, reafirmou a importância da Doutrina Monroe, a importância de que os EUA exerçam a liderança na região. O Bolton, em seu artigo que mencionei anteriormente, afirma que uma das falências e perdas geradas pelo governo

Obama foi a Doutrina Monroe, e como é importante retomá-la. Então, do ponto de vista conceitual, essa nova equipe no Conselho de Segurança e no Departamento de Estado, vai ter uma perspectiva mais coerente e funcionará melhor do ponto de vista institucional, ao contrário de Tillerson, em que o Departamento de Estado foi praticamente desmontado, sem clareza de diretrizes. Acho que com essa nova equipe as diretrizes serão mais claras, de que os EUA assumem posições mais assertivas com a América Latina, sobretudo no caso da Venezuela. Não que vá haver uma invasão militar na Venezuela, até porque os países latino-americanos já deixaram claro que não aceitarão esse tipo de prática. Uma coisa é os EUA dizer que estão retomando a Doutrina Monroe e outra é que isso seja um fato, acho que não vai acontecer pois há uma atitude muito firme contra o intervencionismo na região. Mas está no topo da agenda de segurança regional, e no discurso principalmente, a questão da Venezuela. Recentemente o governo Trump se mostrou favorável a ampliar as sanções contra a Venezuela, e o presidente Macri quer ter uma postura afim com Trump nessa questão. Um aspecto que apareceu foi que os países da América Latina não têm uma estrutura jurídica que permita levar adiante uma política de sanções. Trump, como colocou que é urgente a saída de Maduro¹⁸ e acelerar esse processo por meio da política de sanções, propôs assessoria aos países da América Latina para construir uma legislação específica que permita essas sanções. Ou seja, há uma preocupação específica com a Venezuela, que não seria um intervencionismo militar, mas que seria aumentar a pressão contra o governo de Maduro e contar com o apoio dos países da região.

A outra questão que preocupa os EUA é Cuba, colocando junto com a Venezuela no foco da atenção na região. A ideia de Trump é reformular o acordo de normalização diplomática feito por Obama. Bolton e Pompeo são radicalmente contra a política de Obama. Agora é necessário entender como isso funcionará na prática, porque há muitos interesses de setores empresariais e das comunidades cubanas, então criou-se um vínculo muito forte, e reverte-lo implicaria um certo desgaste.

A questão do México é muito refletida no orçamento, é uma questão interessante, pois o orçamento de Trump para a América Latina em 2018 seria caracterizado por grandes cortes, principalmente na área de assistência ao desenvolvimento, mas ainda não foi aprovado pelo Senado americano. Agora surge o orçamento para 2019, no qual, de novo, há cortes. De fato, a vontade do presidente depende muito da estrutura institucional do Congresso e isto não se dá porque há maioria de democratas, mas sim porque mesmo dentro do partido republicano não há consenso sobre uma série de políticas de Trump. Com relação ao México, a única mudança importante em termos de aumento de orçamento seja de 2018 ou 2019, é a questão do muro, como reforço de policiamento e com o maior controle migratório. A política de Trump também colabora para que se fortaleça a candidatura de López Obrador¹⁹, candidato a presidência de uma linha mais popular, uma linha centro-esquerda que certamente manterá algum tipo de equidistância dos EUA. De fato, a relação com o México é muito paradoxal pois é um aliado, nunca se comportou de forma antagônica aos EUA, seguiu adiante aquilo que foi acordado no NAFTA e, de repente, com a mudança do presidente americano, passa a ser unilateralmente

estigmatizado, sendo colocado de lado. O governo Obama concluiu em quadro regional bastante favorável aos EUA, com a Venezuela em crise, Macri na Argentina, Temer no Brasil, junto com aliados tradicionais como o México e a Colômbia. Com a chegada de Trump as relações com México começam a complicar-se por gestos unilaterais dos EUA. No entanto, México está negociando o NAFTA, porém não há o que fazer sobre a questão da construção do muro.

“A preocupação com a Venezuela é mais voltada para evitar que ocorra um colapso e se torne uma nova Síria, para que não gere também uma situação complicada nos países vizinhos”

InfoNeiba - Pensando nesse México um pouco mais afastado dos EUA por conta de toda essa estigmatização que vem de um aliado especialmente forte a partir de 1994 com o NAFTA, surge espaço para outros países americanos como o Brasil para fazer com que o México se volte um pouco mais para a América Latina, ao invés da América do Norte?

Luis Fernando - O problema do México é que, independentemente da situação com Trump, seu comércio está muito orientado para os EUA, então politicamente pode-se ampliar iniciativas que começaram a surgir com a CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos - onde o Brasil é um dos atores mais importantes, mas o México também tem seu peso considerável. América Latina estabeleceu aqui uma interlocução sem a participação dos EUA e Canadá. Do ponto de vista concreto, em termos de aumentar seu comércio com os países da região, não há muita

margem, pois, o México já está voltado para os EUA e reverter esse eixo não é muito fácil. Acho que haverá certa aproximação com a América Latina em termos de discurso e posições, mas em relação ao comércio não há margem para tantas mudanças. E temos que pensar também que não há grandes controvérsias na América Latina, o clima não é o mesmo da época do segundo mandato de Bush e o início do mandato de Obama, em que havia uma agenda de temas controversos, como por exemplo em 2005 com a rejeição da ALCA - Acordo de Livre-Comércio das Américas. Havia uma posição de antagonismos e equidistâncias entre EUA e a região, mas agora não há um tema muito controverso que exija posicionamentos radicais, o único tema mais latente é o da Venezuela, porém ele não se encontra mais ideologizado como antes. A preocupação com a Venezuela é mais voltada para evitar que ocorra um colapso e se torne uma nova Síria, para que não gere também uma situação complicada para os países vizinhos. A questão não é se Maduro é bolivariano ou não, vejo que há uma posição em termos de gerar uma transição que consiga criar uma governabilidade e evitar o colapso, mas esse não é um tema que, do meu ponto de vista, esteja ideologizado, a não ser que os EUA decidam intervir militarmente, mas não acho que isso vá acontecer de fato. Os governos estão sendo mais pragmáticos nas negociações bilaterais com o governo Trump.

InfoNeiba - Acerca dos impactos ao longo do governo Trump no Brasil e nos países da América do Sul, haveria outro aspecto que o professor gostaria de ressaltar?

Luis Fernando - É difícil pensar no longo prazo pois o governo Trump é muito peculiar. Deve-se levar em consideração o seguinte: paralelamente a essa visão que se tem do Trump, como alguém que está sem-

pre improvisando ou que só está preocupado com as questões imediatistas, deve-se pensar que a política econômica que ele está levando adiante, que é parecida com a de Reagan²², de diminuir impostos dos setores mais ricos, estimulando o consumo e o crescimento, vai gerar pelo menos esse ano e no ano que vem, um dinamismo na economia e no nível de emprego. No âmbito da política externa, como já afirmei, constituiu uma equipe com visão mais coerente com relação à lógica anterior de ensaio e erro.

E pode ser que o Trump consiga um acordo com a Coreia do Norte em que se aponte na direção do cancelamento do seu programa nuclear, e se isto acontecer será uma vitória pessoal que certamente irá capitalizar com toda pompa e circunstância, como é do seu feitio. Então nesse caso pode-se pensar numa reeleição, um ciclo de dois governos, em que o Partido Republicano poderá ir tomando conta da administração com sua estrutura mais conservadora, buscando viabilizar na sequência uma candidatura presidencial mais afinada com as tradições partidárias. Ou pode ser também um episódio que dure um mandato, pois há outros problemas que Trump enfrenta, como a questão da convivência com a interferência russa na campanha, podendo levar ao impeachment, e os EUA retomem o processo de disputa bipartidário nas condições de maior previsibilidade que prevaleceu até o final da administração de Obama. É difícil pensar em médio e longo prazo e fazer cálculos de que os EUA estão mudando estruturalmente sua postura internacional, acho que é cedo para isso, e por isso penso que na América Latina alguns países assumem que se trata apenas de discutir pontualmente os interesses comuns.

InfoNeiba - É correta a opinião de Zbigniew Brzezinski (1928-2017), ex-Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos durante a presidência de Jimmy Carter, entre 1977 e 1981, de que os EUA seriam a primeira e a última superpotência global?

“E pode ser que o Trump consiga um acordo com a Coreia do Norte onde está se propõe a congelar seu programa nuclear, e se isto acontecer será uma vitória de Trump e ele irá capitalizar essa vitória.”

Luis Fernando - Essa afirmação mostra muito bem a visão estratégica que um *establishment* esclarecido dos EUA tem da história e do papel de seu país. Sempre houve essa discussão entre “unilateralistas” e “multilateralistas”, em torno da ideia de que os EUA se apresentam como uma potência no século XXI e que tem intenções de ficar permanentemente na liderança internacional, e Brzezinski relativizou isso claramente. Existe tal perspectiva de que chegaria um momento em que os EUA não teriam condições de liderar, mas que estariam numa fase de transição. Nessa transição, os EUA deveriam cuidar para que não haja outra superpotência, e que as relações internacionais se pautem por certo consenso. E com exceção a uma fase do governo Bush, no pós-11/09/2001, em que prevaleceu a noção de que os EUA eram a única superpotência e que tinham vindo para ficar, eu acredito que com Clinton e com Obama estava claro de que é impossível historicamente a hegemonia indefinida de uma potência. É natural que os outros países se desen-

volvam, se empoderem, se estabeleça novo equilíbrio e a multipolaridade se projete. Então, na abordagem de Brzezinski, os EUA têm que preparar esse terreno. Nesse sentido, Obama colocava uma questão interessante. Na visão dele, para os adversários, é favorável que os EUA se envolvam em guerras, conflitos múltiplos, porque isso os enfraqueceria, já que não há como assumir um protagonismo contínuo em termos de custos econômicos, de recursos humanos e materiais. Então é preciso preparar o mundo para a multipolaridade, para o momento em que os EUA não consigam mais liderar. Pensando na administração Trump, com a noção de *America First*, se acelera a transição, pois outras potências passam a ter um peso maior, assumindo essa explicitação de que os EUA pensam primeiro em si próprios e exercem seu poder unilateralmente, retirando-se intempestivamente de estruturas multilaterais criadas muitas vezes por sua própria iniciativa. Assim, esse discurso e essa prática favorecem a perspectiva de outras potências - de que é preciso acelerar o trânsito para um mundo sem os EUA como liderança hegemônica.

(Nota da edição: as referências da entrevista estão dispostas na página seguinte.)



REFERÊNCIAS DA ENTREVISTA COM O PROF. DR. LUIS FERNANDO AYERBE:

- 1 Donald Trump, quadragésimo quinto presidente dos Estados Unidos da América, eleito em 2017;
- 2 Hillary Clinton, advogada e política americana, candidata às eleições de 2016;
- 3 Acordo TransPacífico de Cooperação Econômica;
- 4 North American Free Trade Agreement (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio);
- 5 Líder da Coreia do Norte desde de dezembro de 2011;
- 6 Barack Hussein Obama, advogado e político norte-americano que serviu como o 44.º presidente dos Estados Unidos de 2009 a 2017;
- 7 Rex Wayne Tillerson, ex-Secretário de Estado dos Estados Unidos, a serviço de 1 de fevereiro de 2017 a 13 de março de 2018;
- 8 Michael Richard Pence é um político americano, atual vice-presidente dos Estados Unidos;
- 9 Maurício Macri é o atual presidente da Argentina, desde de 2015;
- 10 John Robert Bolton é um diplomata, advogado e político norte-americano e Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos;
- 11 Instituto de pesquisa de políticas públicas e não-partidário;
- 12 Stephen Kevin "Steve" Bannon é um assessor político estadunidense que serviu como assistente do presidente e estrategista-chefe da Casa Branca no governo Trump até 2017;
- 13 Michael Richard Pompeo é um empresário e político estadunidense, filiado ao Partido Republicano, atual Secretário de Estado dos Estados Unidos;
- 14 A ordem ideológica, econômica, política e legal que constitui uma sociedade ou um Estado;
- 15 George Walker Bush é um político estadunidense que serviu como o 43º Presidente dos Estados Unidos, de 2001 a 2009;
- 16 William Jefferson "Bill" Clinton é um político dos Estados Unidos que serviu como o 42º presidente do país por dois mandatos, entre 1993 e 2001;
- 17 John Forbes Kerry é um político estadunidense que serviu como senador pelo Partido Democrata de Massachusetts e também com o Secretário de Estado dos Estados Unidos;
- 18 Nicolás Maduro Moros é um político venezuelano, atual presidente da República Bolivariana da Venezuela, desde 2013;
- 19 Andrés Manuel López Obrador (Tepetitán, Tabasco, 11 de novembro de 1953) é um político mexicano de esquerda. Foi chefe de governo do Distrito Federal mexicano;
- 20 Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos;
- 21 Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi uma proposta feita pelo presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, durante a Cúpula das Américas, em Miami, no dia 9 de dezembro de 1994, com o objetivo de eliminar as barreiras alfandegárias entre os 34 países americanos, formando assim uma área de livre comércio, cuja data limite seria o final de 2005;
- 22 Ronald Wilson Reagan foi um ator e político norte-americano, o 40º presidente dos Estados Unidos, mandato exercido entre 1981 à 1989.



NOTÍCIAS

CALL FOR PAPERS - CHAMADAS DE ARTIGOS

REVISTA
NEIBA
CADERNOS ARGENTINA-BRASIL
QUALIS B3
CHAMADA DE ARTIGOS
CALL FOR PAPERS

O Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina (NEIBA), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UERJ e ao Programa de Estudos Argentina-Brasil da Universidade Nacional de Rosario (Argentina) dirige-se a todos os interessados em apresentar artigos e resenhas para informar que está recebendo material em fluxo contínuo. Os artigos são disponibilizados conforme seus processos de análise e editoração forem concluídos. Ao final, são reunidos em único número.

São aceitas as produções de internacionalistas, cientistas políticos, historiadores, geógrafos, sociólogos e economistas. As contribuições devem ser sobre assuntos pertinentes à agenda internacional, não precisando tratar dos processos de integração e/ou de cooperação entre Brasil e Argentina.

Os trabalhos podem ser em português, espanhol ou inglês. A titulação mínima para a publicação é mestrado em curso.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO:

<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/about/submissions#authorGuidelines>

ISSN: 2317-3459

CURSO DE LÍNGUAS DO NEIBA: NOVAS TURMAS

Depois do grande sucesso das edições anteriores dos cursos de idiomas inaugurados no primeiro semestre de 2015, o Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina tem o prazer de anunciar a abertura de novas turmas de francês e espanhol.

E não é só isso. Mesmo com as dificuldades enfrentadas pela comunidade uerjiana e, de certa forma, todo o Estado do Rio de Janeiro, é com alegria que para o próximo semestre (2018.2) vamos oferecer as turmas que não pudemos oferecer e ainda anunciamos a possibilidade de abertura de turmas de novos idiomas a serem lecionados. Um deles contemplará as necessidades do mercado de trabalho com o crescimento econômico do Oriente!

Para mais informações acesse o site do NEIBA ou o e-mail: idiomasneiba@gmail.com

COMO CITAR O INFO NEIBA

GOMES, Daniel M.; SOUZA, Felipe C. S.. A Casa da Morte em Petrópolis: Memória Social e Ditadura Militar no Brasil. **InfoNEIBA**: Jornal Informativo do Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina, Rio de Janeiro, Ano VI, n. 1, pp. 4-5, jan.-jun. 2018.

Obs.: o destaque é para o título do periódico, o subtítulo não é destacado.

ISSN: 2318-5767 (impresso) e 2318-6380 (digital)

O InfoNEIBA recebe em fluxo contínuo: artigos, resenhas e materiais de cunho acadêmico para divulgação.
Maiores informações no site: www.neiba.com.br